



# Cid Legal

## Programa de Educação Fiscal

Prefeitura Municipal de Santa Maria  
Secretaria de Município de Educação e Finanças  
Câmara Municipal de Vereadores  
Fevereiro e Março de 2008  
Informativo nº 9



# 2008: Novos planos, novos sonhos, o mesmo ideal!

Se o ano de 2007 foi marcado por grandes realizações, 2008 promete conquistas ainda maiores. No seu sexto ano de atividades, o Programa Municipal de Educação Fiscal (PMEF) de Santa Maria acumula grandes projetos e sonha com um futuro melhor para as nossas crianças. O Encontro de Formação Continuada sobre o tema Educação Fiscal, que aconteceu no dia 11 de março, deu o ponta-pé inicial para as atividades que serão desenvolvidas durante o ano em torno do PMEF.

O Encontro ocorreu no Colégio Franciscano Sant'Anna. Cerca de 200 pessoas acompanharam a abertura dos trabalhos para 2008, que contou com a participação de representantes das escolas municipais e particulares de Santa Maria, das escolas estaduais ligadas à 8ª CRE e de mais de 15 municípios pertencentes à AM Centro, além de autoridades apoiadoras do programa.

“O trabalho da Educação Fiscal com os alunos deve ser continuado. E essa é a nossa idéia. Foi a partir da participação no Festival Cid Legal que criamos um coral na escola, que hoje está contribuindo para a inclusão social e a cultura dentro da nossa instituição, ou seja, contribuindo para a cidadania”, argumentou o professor e radialista Paulo Ricardo. O professor é o respon-



Educadores acompanharam atentamente a palestra do Pró-Reitor da UFSM Jorge Cunha

sável pelo coral da escola João Belém, a primeira a se apresentar. Depois, estiveram no palco os alunos das escolas Altina Teixeira, Antônio Gonçalves do Amaral, Diácono João Luiz Pozzobon, Irmão Quintino e Perpétuo Socorro. O público presente assistiu também a palestra “Cidadania, Impostos e Contribuições: dos gregos ao Estado Moderno”, do professor Jorge Cunha, Pró-Reitor de Graduação da UFSM.

“É interessante a forma como esse programa evoluiu. Começamos com uma idéia pequena e hoje já atingimos toda a região”, destacou o Prefeito Valdeci Oliveira.

“Precisamos fazer a nossa parte para que esse país se torne um lugar menos violento, mais justo, solidário

e, acima de tudo, mais ético. Estamos demonstrando que a Educação Fiscal não é discurso, é atitude!”, defendeu a Coordenadora do PMEF, Rosaura Vargas. A Coordenadora destacou a participação do programa em grandes eventos neste ano, como a Feira do Livro e o VIII Congresso de Educação Popular, e lançou oficialmente o II Festival Cid Legal – Canta e Dança. (Mais detalhes na Contracapa)

### Participação no Fórum de Educação

Rosaura falou ainda sobre a participação do PMEF no Fórum Mundial de Educação 2008, de 28 a 31 de maio, em Santa Maria. O programa estará participando com apresentações artísticas de nove escolas, palestra e produção de oficina e teatro.

A opinião do  
Delegado da  
Receita Federal  
Página 2

Escola realiza “blitz  
educativa” e  
Campanha do Lixo  
Página 3

O 2º Festival Cid  
Legal - Canta e Dança  
Contracapa

## EDITORIAL

## Revedo conceitos

O ano é 2008. Para a Educação Fiscal de Santa Maria será a sexta temporada de atividades. E é importante, neste reinício de mais um período de trabalhos, revermos alguns conceitos significativos que permeiam o nosso meio de ação.

O próprio nome, Educação “Fiscal”, pode ser interpretado de diversas formas. O programa não limita-se apenas à idéia da exigência e recolhimento das notas fiscais. Este é apenas um dos eixos do programa. O eixo principal é incentivar a cidadania, ou seja, fazer com que este “novo” cidadão seja mais ativo, participante, crítico quanto às questões que envolvam a administração pública e o dinheiro que vem do bolso de todos, sem exceção. O objetivo é fazer com que este cidadão faça parte e ajude a construir a sua própria história.

O programa visa compartilhar o conhecimento sobre gestão pública, reforçar a noção de bem público, aumentar o controle social e a transparência do Estado, reduzir a corrupção, fortalecer a educação como mecanismo de transformação, harmonizar a relação Estado-cidadão, entre tantas outras finalidades. O professor, em sala de aula, construindo esse conhecimento com seus alunos, é apenas o começo de um longo trabalho de conscientização e transformação da comunidade, que começa na escola e visa atingir a sociedade como um todo. A Educação Fiscal tem comprometimento com a construção da cidadania, solidariedade, ética, transparência e responsabilidade fiscal e social.

## Expediente

**Coordenação:** Rosaura Vargas

**Textos e diagramação:** Fabio de Oliveira

**Revisão:** Regiane Vargas, Rozania Mossate Rosa e Neimar Iop

**Tiragem:** 1000 exemplares

**Distribuição:** gratuita

**Contato:**

educacaofiscal@santamaria.rs.gov.br

**Site:**

www.santamaria.rs.gov.br/educacaofiscal

## OPINIÃO

**Confira a seguir a opinião de educadores e representantes políticos sobre o Encontro de Formação Continuada de Educação Fiscal realizado no dia 11.**

“Formação Continuada é fundamental, principalmente quando conseguimos envolver os alunos e mostrar tudo que se tem feito. Isso é uma forma de valorização do trabalho do professor e equipe, bem como uma maneira de trocar experiências com outros colegas. A equipe organizadora está de parabéns”.

Alexandra Marin Colpo, professora em Restinga Sêca

“Parabéns pelo trabalho que está sendo desenvolvido pelo município em relação à Educação Fiscal. Gostaria de contar com a experiência de Santa Maria para podermos incentivar os nossos professores a desenvolverem esse programa em São Sepé. A fala do Professor Jorge Cunha resgata a história dos tributos, trabalho esse já desenvolvido em nosso município”.

Paula Vicentina Ferreira, SMEC - São Sepé

## ARTIGO

## Novo ano, novos desafios!

Carlos Luciano Sant’Anna\*

Já retornamos as nossas atividades cotidianas e o que encontramos? O trabalho e os estudos de sempre... Será isso o que nos reserva 2008? Não! Esse ano será diferente! Teremos muitos e importantes fatos que nos oportunizarão uma maior vivência da nossa cidadania. Afinal, é um ano de eleições!

Lembram dos trabalhos que as escolas realizaram em anos de eleições passadas? Eu não esqueci. Alguns disseminadores de Educação Fiscal aproveitaram a oportunidade para ensinar aos nossos futuros eleitores a importância de bem escolher nossos representantes. Exploraram muito bem esse momento para despertar nos jovens, adolescentes e crianças (sem esquecer dos pré-adolescentes!) o interesse pela participação nessa importante decisão. E o momento atual não é de esmorecer.

Devemos aproveitar os maus exemplos que os meios de comunicação nos trazem para lembrar à comunidade que devemos ter orgulho de estarmos participando desse momento, que é histórico! Afinal, nunca tivemos uma democracia tão viva, tão atuante. Se é verdade que temos tido o conhecimento de muitos escândalos

(e escândalos demais!), também é verdade que temos visto muitas atitudes louváveis dos nossos representantes. Nunca se puniu tanto os maus políticos. E duvido que tantos sejam punidos em outros países. Nossa expectativa, no entanto, é sempre de que a justiça seja rápida e total, e às vezes até desejamos que os direitos de alguns sejam desrespeitados. Mas isso não pode acontecer. Todos temos direito constitucional a ampla defesa. Temos que lembrar que um movimento desenfreado de “caça as bruxas” não é, de forma nenhuma, desejável. E o motivo, para nós da Educação Fiscal, é muito fácil de ser entendido: se estivermos trabalhando para formar novos e bons representantes para o povo, não podemos e não devemos dar a entender que ser representante político é errado, é coisa de gente mau intencionada. Ao contrário, é importante frisar a existência de bons políticos para que as transformações culturais possam acontecer com primazia. Temos um sistema eleitoral invejado pelas maiores potências mundiais.

Estamos caminhando a passos largos para sermos uma grande nação. Temos um país maravilhoso, com um povo maravilhoso! O que nos falta mais é cultura, e educação é a solução. Avante! Feliz 2008.

(\* ) Delegado da Receita Federal

## Câmara de Vereadores de Santa Maria

“O Poder Legislativo de Santa Maria / RS é o primeiro no país a apoiar o Poder Executivo nas atividades relacionadas ao Programa de Educação Fiscal. Essa iniciativa deve-se à preocupação que a instituição tem em desenvolver a consciência para o pleno exercício da cidadania e também promover o diálogo com a sociedade santa-mariense”. A nota oficial publicada pela Câmara de Vereadores de Santa Maria confirma a parceria firmada pela Casa com o Programa Municipal de Educação Fiscal (PMEF) a partir deste ano. Trata-se de uma parceria inédita no Brasil.



# O Meio Ambiente como foco

**“Jogar o lixo no lugar certo: trabalhar a importância da coleta seletiva do lixo respeitando a natureza. Uma cidade limpa e organizada melhora o astral da população e diminui os gastos com limpeza pública, evitando também que o lixo acumule nos esgotos e origine enchentes, alagamento e doenças”.**

O trecho acima, retirado do Projeto de Extensão “Uma Educação Cidadã é possível”, da Receita Federal, reflete bem a abordagem escolhida pela Direção da Escola Municipal Major Tancredo Penna de Moraes para trabalhar a Educação Fiscal com os alunos.

No dia do Meio Ambiente, os professores realizaram uma “blitz educativa”, onde os alunos entregavam mudas de plantas para os motoristas que passavam em frente à escola. A atividade contou com o apoio da Polícia Rodoviária Estadual e as sementes das mudas entregues foram plantadas pelos próprios alunos das Séries Iniciais, orientados pelos professores.

A Direção da escola promoveu também a Campanha do Lixo, na qual os alunos trouxeram lixo de suas residências para a escola e, juntamente com os professores, fizeram a reciclagem do

material coletado.

“Buscamos sempre a conscientização dos nossos alunos acerca da importância de saber reutilizar o lixo. As crianças juntam, por exemplo, o lixo seco, separam, e então vendemos para uma empresa privada. O dinheiro é utilizado para a escola na compra de bolas de futebol, cadernos e outros materiais”, explicou a Diretora da escola, Marilene Venturini. “Assim, eles aprendem a valorizar o patrimônio da escola, pois sabem que tudo o que conseguimos é com o esforço de todos, inclusive os pais deles que participam bastante das atividades”.

Além da Diretora da escola, colaboraram na elaboração do projeto a Vice-Diretora, Janet Vedoin, a Supervisora, Adriana Ruviano, e a Orientadora Educacional, Terezinha Balconi. A escola de Ensino Fundamental Major Tancredo Penna de Moraes possui cerca



Polícia Rodoviária apoiou iniciativa dos professores



Projeto contou com uma significativa participação dos alunos

de 150 alunos, distribuídos do 1º ao 9º ano, e está localizada na RS 509.

O foco escolhido pela escola para disseminar a Educação Fiscal, “Lixo e Meio Ambiente”, mostra como o tema é amplo e trás à tona outras diferentes formas de abordagem, como a pirataria, o desemprego e a preservação dos bens públicos.

## ENTREVISTA

### “Educação Fiscal, para mim, é a efetivação de direitos fundamentais constitucionais ainda não cumpridos”



*Elisete Helena Alves da Cruz é acadêmica do 6º semestre do curso de Direito da FADISMA, em Santa Maria. Ela foi uma das alunas que realizaram com sucesso o Curso de Disseminadores de Educação Fiscal, no último semestre de 2007. Elisete conversou com a equipe do PMEF sobre os motivos que a levaram participar do curso sobre Educação Fiscal.*

**Cid Legal - De que forma você conheceu o Programa de Educação Fiscal? Por que o interesse pelo curso?**

**Elisete -** Foi através de um anúncio no jornal, então entrei em contato e aguardei retorno. O interesse em fazer o curso decorreu da conclusão das disciplinas de Direito Financeiro e Tributário, e também para agregar conhecimentos junto à disciplina de Finanças Públicas que estava cursando.

**Cid Legal - O que mudou depois da realização do curso?**

**Elisete -** Percebi a importância do projeto em relação à missão de “desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania”, pois o processo de extensão da cidadania vincula-se, assim, à dinâmica

democrática.

**Cid Legal - Como você pretende disseminar as idéias do Programa de Educação Fiscal no seu meio de convívio?**

**Elisete -** No decorrer deste ano, pretendo desenvolver uma cartilha intitulada “Educação Fiscal na Terceira Idade”. Este projeto não só está voltado para a camada da população que já detém o conhecimento com sabedoria e maturidade, como aos acadêmicos e comunidade santamariense.

**Cid Legal - O que é Educação Fiscal para você?**

**Elisete -** Educação Fiscal, para mim, é a efetivação de direitos fundamentais constitucionais ainda não cumpridos. A ação dos indivíduos na defesa de seus direitos ou na crítica dos atos administrativos constitui uma das formas de controle dos gastos públicos. A participação popular pressupõe a existência de uma sociedade civil politicamente preparada, ativa, disposta a angariar causas da coletividade, exigindo dos dirigentes uma postura ética, e que o aparelho estatal não seja utilizado em proveito próprio.

(A entrevista na íntegra está publicada no site: [www.santamaria.rs.gov.br/educacaofiscal](http://www.santamaria.rs.gov.br/educacaofiscal))



## Inscrições abertas para o II Festival

Após o êxito de sua primeira edição, o Programa Municipal de Educação Fiscal de Santa Maria lançou oficialmente o 2º Festival Cid Legal – Canta e Dança. O concurso ocorrerá entre os meses de abril e novembro deste ano e terá mudanças significativas em sua estrutura.

Foi criada uma etapa regional, onde as escolas foram divididas de acordo com a sua localização geográfica. O número de categorias aumentou, e os alunos do Ensino Médio também poderão participar. A fase inicial, onde cada escola escolhe os seus representantes, foi mantida, e acontecerá nos meses de junho e julho.

O Festival Cid Legal – Canta e Dança tem o objetivo de conscientizar e educar para o exercício da cidadania de uma forma diferenciada, através da música e da dança. Podem participar alunos regularmente matriculados das escolas municipais, estaduais e particulares inseridas no programa.

As inscrições estão abertas



I Cid Legal - Canta e Dança

até o dia 18 de abril. Para isso, basta imprimir a ficha que está no site do programa e entregá-la na Prefeitura Municipal, setor de Educação Fiscal. Na ocasião deve ser entregue também o projeto de Educação Fiscal a ser desenvolvido na escola durante o ano de 2008. A final do concurso está prevista para ocorrer em novembro.

### Categorias:

1. Educação Infantil - dança: até 20 alunos;
2. 1º ao 4º ano – dança: até 8 alunos;
3. 5º ao 9º ano – dança: até 8 alunos;
4. 5º ao 9º ano – paródia: até 8 alunos;
5. EJA – paródia: até 8 alunos;
6. Ensino Médio – paródia: 8 alunos.

## Aconteceu!!!

**8 de fevereiro-** ocorreu o sorteio da Série 014 do Programa A Nota é Minha, na Sede da LOTERGS, em Porto Alegre. Foram distribuídos 110 prêmios, entre computadores, motocicletas, televisores e aparelhos de som e DVD. O Município de Santa Maria recebeu mais de R\$ 42 mil através do programa neste trimestre.

**25 e 26 de fevereiro-** a Escola Municipal São Carlos promoveu a 1ª etapa do I Seminário de Formação Continuada para Professores. Durante o encontro, a Coordenadora do PMEF, Rosaura Vargas, ministrou a palestra “Educação Fiscal: Um exercício para a cidadania”.

**6 de março-** A Assessoria de Relações Públicas da Câmara Municipal de Vereadores, com o objetivo de aproximar as crianças e adolescentes ao Poder Legislativo e também de divulgar as funções e estrutura da instituição, lançou o “Gibi do Legislativo”. O Ato de Lançamento oficial ocorreu no Plenário da Câmara de Vereadores, e contou com o apoio do Programa Municipal de Educação Fiscal (PMEF).

**11 de março-** Encontro de Formação Continuada sobre “Educação Fiscal”.

## Agenda!!!

**13 de março a 18 de abril-** Período de inscrições para o II Festival Cid Legal - Canta e Dança.

**28 a 31 de maio-** Fórum Mundial de Educação em Santa Maria - RS.



*Em 2008, O Poder Legislativo de Santa Maria publicou o “Gibi do Legislativo”, projeto que vai ao encontro do interesse público, divulgando as funções e importância da instituição e da participação de todos no processo democrático.*

## Estado, Educação e Cidadania

Antônio Cândido de Azambuja Ribeiro\*

A complexidade do Estado moderno, as exigências de consecução de seus fins (realização do bem público), a escassez de recursos para atendimento de um número cada vez maior de demandas sociais e o fim do sonho do Estado de Bem-estar Social (Welfare State), capaz de tudo prover, geram uma relação tumultuada, de permanentes conflitos entre administradores e administrados, em face da necessidade de carrear aos cofres públicos, basicamente através da arrecadação tributária, os recursos necessários ao atendimento daquelas demandas.

Assim, em nosso caso, de um lado, temos os Entes públicos (União, Estados, Municípios) que necessitam atender reclamos quanto à educação, à saúde e à segurança (para ficarmos no tripé fundamental dos compromissos finalísticos estatais) e, de outro, os cidadãos compelidos, por força daquelas exigências, ao desembolso de uma carga tributária cada vez maior. E essa relação estado/cidadão se complica ainda mais, em razão da sempre controvertida questão da adequada aplicação dos recursos carreados ao Erário em decorrência das imposições tributárias.

Óbvio, que, no espaço exíguo deste pequeno artigo, não se pretende esgotar quaisquer discussões quanto ao tema. O que se quer é chamar a atenção para a necessidade de que cada cidadão seja um agente culturalmente responsável pela sua parte na imensa e intrincada cadeia sócio-econômica que mantém em funcionamento o aparato estatal. O Estado mínimo, que muitos pretendem e reclamam, não tem como atender as demandas da sociedade, senão de forma claudicante e cada vez menos efetiva. Se, com o Estado que temos, as coisas funcionam precariamente, a tendência – num estado diminuído, esvaziado em seu aparato (não-regulador, não-arrecadador, não-fiscalizador), em que tudo seja deixado à feição dos interesses de grupos sociais e econômicos mais fortes e mais bem organizados –, é que aquilo que hoje é ruim se transforme no caos.

A manutenção de um Estado que atenda minimamente às nossas expectativas pressupõe esforço coletivo, consciência de cidadania e permanente vigilância. Se nós acharmos normal furar a fila do banco ou desrespeitar regras de trânsito, é bem possível que entendamos ser normal não emitir/exigir nota fiscal (e, portanto, sonegar impostos). Se tivermos esse tipo de comportamento, não me parece lícito pretender, impavidamente, como se nada disso nos dissesse respeito, que o Estado atenda nossas necessidades básicas. O desafio, portanto, é encontrar o ponto de equilíbrio entre as possibilidades do Poder Público e as necessidades da coletividade. E só será possível encontrá-lo se todos nós assumirmos o compromisso ético de agir como cidadãos. Isso implica, está visto, além da plena possibilidade de exercício de direitos, responsabilidade (individual e coletiva) pelo cumprimento de deveres e obrigações, inclusive fiscais e tributárias. Mas, a consciência desse fato, só a adquiriremos com educação. E só nos educaremos integralmente se esses princípios fundamentais do moderno Estado Democrático de Direito forem introjetados em nossos espíritos desde a mais tenra idade.

(\*) Advogado, Procurador da Fazenda Nacional, Escritor, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Santa Maria.